

# Governo baixou a inflação. Por decreto.

Em vez de 14,5%, a inflação de novembro ficará entre 11 e 11,5%. Esse será o resultado da mudança do índice de cálculo, determinada ontem.

IPCA, esta é a sigla do novo índice de inflação do país, o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, instituído ontem por decreto do presidente Sarney, pelo qual serão medidas as correções monetária, cambial e salarial, em substituição ao IGP (índice geral de preços) e ao INPC. Com isto, a inflação de novembro, que ficaria entre 12% e 14%, será um pouco menor: entre 11 e 11,5%. Em compensação, no acumulado do ano, o IPCA está mais alto que o IGP: 164,7% contra 157,5%.

Estes números foram utilizados ontem em Brasília pelo ministro da Fazenda, Dilson Funaro, para mostrar que não é por causa da inflação alta deste mês que a mudança está acontecendo. "É uma pena que a mudança do índice ocorra justamente numa situação dessas", disse Funaro, lembrando que o INPC é medido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) — e, desde o atual governo, sob a supervisão de técnicos independentes do governo: representantes dos trabalhadores (Dieese), dois empresários e dois economistas.

A utilização do IPCA como único índice na economia brasileira, a partir deste mês, só deveria vigorar em janeiro de 1988, mas uma irritação do ministro Dilson Funaro representará um prejuízo imenso para milhares de aplicadores. Funaro, depois de desentender-se com Julian Chacel, o responsável pelo cálculo do IGP (índice Geral de Preços), da Fundação Getúlio Vargas, decidiu anunciar logo o novo índice.

O problema, conforme o próprio Funaro, é que a Fundação Getúlio Vargas até ontem não sabia quanto alcançaria a inflação de novembro, se 12 ou 14%, porque não tinha idéia se incluiria os leilões de milho, feijão e arroz, promovidos pelo governo. Os leilões, de acordo com Funaro, teriam reduzido o preço do milho em 40%, mas isso não estaria contabilizado na inflação.

Para que não parem dúvidas sobre as intenções do governo de elevar em conta os cálculos do IBGE e não mais da FGV para fixar a inflação, o ministro já entrou em contato com os técnicos da Fundação e com o Ministério da Agricultura, para que eles considerem os leilões de mercadorias do governo.

Funaro atribuiu a diferença nos dois índices ao Ministério da Agricultura, que é o órgão encarregado de medir os preços no atacado e entregá-los à Fundação, para que ela inclua no Índice Geral de Preços. Se estes cálculos do Ministério da Agricultura levarem em conta os leilões de mercadorias, o que não vem acontecendo, a inflação será igual pelos números do IBGE e da FGV.

Depois dos desentendimentos com a Fundação Getúlio Vargas, o ministro da Fazenda, ligado aos economistas da Unicamp, resolveu abandonar a utilização do IGP como medidor da inflação. "O IPCA é um índice de grande e brutal transparência, é público", comentou ontem.

O ministro do Planejamento, João Sayad, disse que desde seu primeiro dia de governo pensava em trocar o IGP pelo INPC-Amplio.

O presidente do IBGE, Edmar Bacha, foi ácido: "O IGP não mede nada, é apenas um conglomerado de índices, usado até aqui por falta de coisa melhor". E o INPC, acrescentou, "mede efetivamente o custo de vida do brasileiro". Na realidade, já existiam dois INPCs: um, restrito, que mede o custo de vida do trabalhador, que ganha até cinco salários mínimos; e o INPC-Amplio, que mede o custo de vida de quem ganha até 30 salários mínimos.

Funaro, Sayad e Bacha disseram ainda que o INPC é mais amplo, como medidor da inflação, na medida em que faz 250 mil coletas diárias por pesquisadores profissionais "e não por donas-de-casa na hora de folga", como na FGV. Além disso, argumentou que o índice do custo de vida do INPC representa uma amostragem de 13 mil famílias nos dez maiores centros urbanos do país, e não apenas sobre 800 famílias de conjuntos habitacionais do Rio de Janeiro.

Outra vantagem do novo índice, em relação ao IGP, segundo Bacha, é que o INPC-Amplio é fechado a cada dia 15 do mês. O IGP é uma junção de vários índices, que fecham em dias diferentes do mês.

## Correção

O presidente do Banco Central, Fernão Bracher, garantiu ontem que o governo não enfrentará nenhuma dificuldade na introdução do INPC-Amplio como referência para cálculo da correção monetária. Disse que os investidores em títulos oficiais (ORTN e LTN) compreenderão que o INPC é mais moderno e abrangente do que o índice geral de preços (IGP) calculado pela Fundação Getúlio Vargas. "O INPC reflete com maior proximidade a inflação que cada uma das pessoas verifica no seu dia-a-dia, enquanto o IGP é um índice puramente convencional", arrematou Bracher.

## Alta no mercado de ações e tensão no open

O mercado de ações na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro registrou uma das mais expressivas altas dos últimos meses, devido ao novo pacote econômico que o presidente José Sarney anunciará ontem. Isso porque se informava não constar do elenco de medidas a aplicação progressiva de tributos nas operações a termo e a futuro. (A alta na Bolsa de São Paulo está na página 11.)



Apesar do movimento financeiro não expressar a elevada tendência de alta, pois atingiu apenas Cr\$ 390 bilhões, resultante de negócios com 13 bilhões de títulos, os preços dos principais papéis negociados (constantes da Índice BV) apontaram valorização de 6,2% na média e 8,2% no fechamento.

O dólar no mercado paralelo também sofreu forte impulso diante do novo pacote, ao subir para Cr\$ 12.500 no preço de compra e Cr\$ 12.900 de venda.

Por outro lado, repercutiu negativamente no comportamento do mercado aberto a notícia de que o governo passou a vincular a correção monetária ao novo e único índice utilizado para todos os reajustes no País, o IPCA (índice de Preços ao Consumidor Ampliado), calculado pelo IBGE, em substituição ao Índice Geral de Preços (IGP), elaborado pelo Fundação Getúlio Vargas.

Segundo estimativas de operadores no open no Rio, essa mudança fará com que a correção monetária caia de um nível estimado entre 12,5 e 13%, com base no cálculo do IGP, para algo em torno de 11,20 a 11,40%, considerando-se o novo IPCA. Essa diferença, de acordo com os mesmos operadores, representará sério prejuízo para as aplicações em títulos do Tesouro Nacional, motivo pelo qual o mercado aberto registrou ontem momentos de expressiva tensão.